

ESTATUTOS

DA

ASSOCIAÇÃO ENTRE FAMÍLIAS - BRAGANÇA

CAPÍTULO I - NOME E NATUREZA, SEDE E ÂMBITO, FINS E NORMAS ORIENTADORAS

Art.º 1.º (NOME e NATUREZA)

A *Associação Entre Famílias - Bragança*, adiante designada pela sigla **AEFB**, é uma associação pública de fiéis, erecta por decreto do Bispo Diocesano de Bragança-Miranda nos termos dos cânones 312 § 1, nº. 3, e 313 do Código de Direito Canónico, e com personalidade jurídica civil reconhecida nos termos do artigo 10º, nº 3, da Concordata entre a Santa Sé e a República Portuguesa.

Art.º 2.º (SEDE E ÂMBITO)

1. A AEFB tem a sua sede na Rua Emídio Navarro, s/n, Traseiras da Igreja de Nossa Senhora das Graças, 5300 - 210 Bragança, Freguesia de Santa Maria, Distrito de Bragança.
2. A acção da AEFB estende-se a todo o território da Diocese e Distrito de Bragança.

Art.º 3.º (FINS DA INSTITUIÇÃO)

1. A AEFB propõe-se:
 - a) Apoiar, defender e promover a Família e a vida humana desde a concepção à morte natural, cooperando com os serviços públicos competentes ou instituições particulares, em espírito de solidariedade humana, cristã e social;
 - b) Promover actividades de apoio às famílias, sobretudo as mais carenciadas.
2. Para a concretização dos seus fins, a AEFB propõe-se:
 - a) Suscitar a criação e o desenvolvimento de organismos especializados para o exercício de diversas actividades sócio-caritativas, culturais, espirituais, de acordo com a Doutrina Social da Igreja e as normas directivas da Santa Sé em geral e, especificamente, sobre a Bioética;
 - b) Participar na formação integral dos jovens e das famílias;
 - c) Organizar e promover conferências, debates e outras actividades de informação e formação familiar, reuniões públicas ou privadas, bem como formação profissional;
 - d) Editar e difundir "media" destinados a fazer conhecer a AEFB e servir os seus fins, nomeadamente criando "itinerários pedagógicos" facilitadores e promotores da família e da vida humana;

- e) Procurar a colaboração de Voluntários e pessoas dotadas de aptidões adequadas para a mútua ajuda.
3. A AEFB não toma parte na acção política enquanto tal.

Art.º 4.º (NORMAS ORIENTADORAS)

1. A AEFB rege-se pelos presentes Estatutos e, no que for omissos, pelo Código de Direito Canónico e pela Legislação aplicável.
2. A organização e funcionamento desta Instituição e de seus sectores e actividades obedecerão às normas legais aplicáveis e a regulamentos internos elaborados pela Direcção.
3. No exercício da sua actividade, a AEFB terá sempre presente a sua natureza de instituição católica e, por isso, agirá sempre em sintonia com a Igreja.

Art.º 5.º (COLABORAÇÃO E ACORDOS DE COOPERAÇÃO)

A AEFB está disponível para colaborar com outras instituições, públicas ou privadas, que prossigam fins idênticos, desde que não contrariem a ética e os princípios por que se rege.

CAPÍTULO II - DOS ASSOCIADOS

Art.º 6.º (CATEGORIAS)

Há três categorias de membros:

- a) Activos: os fiéis inscritos na AEFB e que paguem pontualmente a sua quotização;
- b) Colaboradores: os apoiantes das iniciativas da AEFB;
- c) Honorários: as pessoas que a AEFB quiser distinguir pelo seu contributo em defesa da família ou apoio à AEFB.

Art.º 7.º (ADMISSÃO DE MEMBROS ACTIVOS)

1. Podem ser membros activos da AEFB todos os fiéis que aceitem os fins e as normas orientadores da mesma (cf. Art.os 3.º e 4.º).
2. A proposta de admissão deve ser apreciada e votada pela Direcção.
3. Após a aceitação da admissão, o nome do novo membro activo será inscrito no Registo de admissão.
4. Deverá ser, quanto possível, estimulada a admissão de membros de entre os familiares dos utentes.
5. Só poderão ser admitidas na AEFB as pessoas que tiverem bom comportamento moral e religioso e não se oponham aos fins indicados no Art.º 3.º.

Art.º 8.º (DIREITOS DOS MEMBROS ACTIVOS)

1. Cada membro activo tem direito:

- a) A participar nas actividades a desenvolver e promover os fins da AEFB;

- b) Usufruir de voz activa e passiva e participar nos Corpos gerentes da AEFB, pelo modo definido nos Estatutos;
 - c) A receber o cartão de sócio.
2. Com a sua quotização em dia, têm direito ao exercício do voto deliberativo, a serem eleitos e a elegerem nos actos eleitorais previstos.

Art.º 9.º (DEVERES DOS MEMBROS ACTIVOS)

1. Considera-se dever fundamental destes membros contribuir para a realização dos fins da AEFB por meio de quotas, donativos e serviços.
2. Para a concretização do ponto 1. devem:
 - a) Pugar pelo crédito e prosperidade da AEFB;
 - b) Se justa causa não obstar, aceitar os cargos para que forem designados, ou eleitos, e os serviços que legitimamente lhes forem pedidos;
 - c) Desempenhar com diligência os seus cargos e serviços;
 - d) Participar nas assembleias e reuniões legitimamente convocadas;
 - e) Cumprir os compromissos que aceitaram ao entrar na AEFB;
 - f) Pagar a quota devida, sem máximo estipulado, contando com a sua generosidade.
3. A Direcção da AEFB, depois de ponderado o assunto, poderá demitir os Associados que, reiteradamente, não cumpram os deveres previstos no presente artigo.

CAPÍTULO III - DOS ÓRGÃOS DE GESTÃO

Art.º 10.º (ÓRGÃOS DE GESTÃO)

São Órgãos de gestão da AEFB:

- a) A Assembleia-geral de membros activos;
- b) Um Órgão colegial de governo, execução e administração, denominado Direcção;
- c) Um Órgão de fiscalização, sobretudo para assuntos económicos, denominado Conselho Fiscal.

Art.º 11.º (FUNCIONAMENTO)

1. Os Órgãos de gestão são convocados pelos respectivos presidentes e só podem deliberar com a maioria absoluta dos seus titulares.
2. As deliberações são tomadas por maioria absoluta dos votos dos titulares presentes, tendo o presidente, além do seu voto, direito a voto de qualidade.
3. As votações respeitantes a eleições dos Órgãos de gestão ou a assuntos de incidência pessoal dos seus membros serão feitas obrigatoriamente por escrutínio secreto.
4. Serão sempre lavradas actas das reuniões de qualquer Órgão, que serão obrigatoriamente assinadas por todos os membros presentes, ou, quando digam respeito a reuniões da Assembleia-geral, pelos membros da respectiva Mesa.

Art.º 12.º (RESPONSABILIDADE DOS MEMBROS DOS ÓRGÃOS DE GESTÃO)

1. Os membros dos Órgãos de gestão são responsáveis, a título pessoal, perante a lei eclesiástica e estatal, civil e criminalmente, pelas faltas ou irregularidades cometidas no exercício do mandato.

2. Mas, por motivos previstos no direito, os membros dos Órgãos de gestão ficam ilibados da responsabilidade, se:
 - a) Não tiverem tomado parte na respectiva resolução e a reprovarem com declaração na acta da sessão imediata em que se encontrarem presentes;
 - b) Tiverem votado contra essa resolução e o fizerem consignar na acta respectiva.

Art.º 13.º (ACTOS VEDADOS AOS MEMBROS DOS ÓRGÃOS DE GESTÃO)

1. Os membros dos Órgãos de gestão não poderão votar em assuntos que directamente lhes digam respeito ou nos quais sejam interessados os respectivos cônjuges, ascendentes, descendentes e equiparados.
2. Os membros dos Órgãos de gestão não poderão contratar directa ou indirectamente com a instituição, salvo se do contrato resultar manifesto benefício para a AEFB e lhes for concedida licença por parte do Bispo Diocesano.
3. Os fundamentos das deliberações sobre os contratos referidos no número anterior deverão constar das actas das reuniões do respectivo Órgão.

Art.º 14.º (PROVISÃO)

1. Desde que eleitos os Órgãos de gestão, procede-se à sua homologação pelo Bispo Diocesano, seguindo-se a tomada de posse.
2. Havendo justa causa, os Órgãos de gestão podem ser removidos pela competente Autoridade eclesiástica.
3. O exercício do cargo sem a devida provisão é inválido; para além dos prazos legalmente previstos, é gestão ilegítima.

Art.º 15.º (DURAÇÃO DO MANDATO)

1. O mandato dos Órgãos de gestão é de três anos, podendo qualquer membro ser reeleito apenas por um período de igual duração, salvo se a Assembleia-geral reconhecer expressamente que é impossível ou inconveniente não proceder à sua reeleição.
2. O mandato inicia-se com a tomada de posse.

Art.º 16.º (GRATUITIDADE E UNICIDADE DO EXERCÍCIO DO CARGO)

1. O exercício de qualquer cargo, em todos os Órgãos de gestão, é gratuito, mas pode justificar o pagamento de despesas dele derivadas.
2. Não é permitido o desempenho simultâneo de mais de um cargo.

A. DA ASSEMBLEIA-GERAL

Art.º 17.º (COMPOSIÇÃO)

A Assembleia-geral é a reunião de membros activos, no pleno uso dos seus direitos, com as quotas em dia e direito a voto.

Art.º 18.º (COMPETÊNCIA)

1. Compete à Assembleia-geral deliberar sobre todas as matérias não reservadas à Autoridade eclesiástica e não compreendidas nas atribuições legais ou estatutárias dos outros órgãos e, necessariamente:
 - a) Eleger os membros da respectiva Mesa, bem como os da Direcção e do Conselho Fiscal, com base na apresentação de listas;
 - b) Apreçar e votar, anualmente, o orçamento e o programa de acção para o exercício seguinte, bem como o relatório e contas de gerência;
 - c) Deliberar sobre a aquisição onerosa e a alienação, a qualquer título, de bens imóveis e de outros quaisquer bens do Fundo patrimonial estável, e sobre actos de administração extraordinária, a propor à Autoridade eclesiástica competente;
 - d) Deliberar sobre a alteração dos Estatutos;
 - e) Deliberar sobre a extinção, fusão ou cisão da AEFB;
 - f) Aprovar a adesão a uniões, federações ou confederações.
2. As deliberações tomadas sobre as matérias indicadas nas alíneas c), d), e) e f) estão sujeitas à homologação do Bispo Diocesano.

Art.º 19.º (FUNCIONAMENTO)

1. A Mesa da Assembleia-geral consta de um Presidente e dois Secretários.
2. Na falta ocasional de qualquer dos membros da Mesa da Assembleia-geral, compete a esta eleger os respectivos substitutos de entre os membros presentes, os quais cessarão as suas funções no termo da reunião.
3. Na falta permanente de qualquer dos membros, a Assembleia-geral elege o substituto, que exercerá a respectiva função até ao termo do mandato dos outros membros.
4. A Assembleia-geral é presidida pelo Presidente da Mesa; se, porém, assistir a Autoridade eclesiástica ou seu delegado, a ela pertence a presidência.
5. A Assembleia-geral reunirá à hora marcada na convocatória, se estiver presente mais de metade dos membros activos, ou meia hora depois, com qualquer número de presenças.
6. Nos termos do Art.º 21.º, ponto 3, a Assembleia-geral Extraordinária só poderá reunir se estiverem presentes, pelo menos, vinte por cento dos membros activos.
7. As deliberações sobre alterações dos Estatutos exigem o voto favorável de três quartos do número de membros activos presentes.

Art.º 20.º (CONVOCAÇÃO)

1. A Assembleia-geral deve ser convocada pelo Presidente da respectiva Mesa, ou seu substituto, com pelo menos vinte dias de antecedência.
2. A convocatória faz-se por Edital e carta enviada a todos os membros activos, devendo nela constar o dia, hora, local e ordem de trabalhos.
3. A convocatória da sessão extraordinária há-de ser feita no prazo de quinze dias após o pedido ou requerimento, devendo a reunião efectuar-se no prazo máximo de trinta dias, a contar da data da recepção do pedido ou requerimento.

Art.º 21.º (SESSÕES)

1. A Assembleia-geral reunirá em sessões ordinárias e extraordinárias.
2. As sessões ordinárias terão lugar duas vezes por ano:

- a) A primeira, até 31 de Março, para aprovação do relatório e contas da gerência do ano transacto;
- b) A segunda, até 15 de Novembro, para apreciação e votação do orçamento e plano geral de actividades.
3. As sessões extraordinárias terão lugar sempre que o Presidente da Mesa da Assembleia-geral as convoque legitimamente, por sua iniciativa, a pedido da Direcção, do Conselho Fiscal, ou a requerimento de pelo menos dez por cento do número de membros activos no pleno gozo dos seus direitos.

B. DA DIRECÇÃO E DO CONSELHO FISCAL, EM GERAL

Art.º 22.º (FUNCIONAMENTO)

1. A Direcção e o Conselho Fiscal são convocados pelos respectivos Presidentes e só podem deliberar com a maioria absoluta dos seus titulares.
2. Em caso de vacatura de qualquer dos lugares de cada Órgão, deverá proceder-se ao preenchimento, pelos Suplentes, das vagas verificadas.
3. Nas circunstâncias indicadas no número anterior, o membro designado para preencher o cargo apenas completará o mandato.

C. DA DIRECÇÃO

Art.º 23.º (CONSTITUIÇÃO)

1. A Direcção é um órgão colegial, de governo, execução e administração. Será constituída por cinco membros efectivos: Presidente, Secretário, Tesoureiro, 1.º Vogal e 2.º Vogal, e três membros Suplentes, a eleger pela Assembleia-geral, com base em lista(s) proposta(s).
2. Todos os membros da Direcção serão membros activos.

Art.º 24.º (COMPETÊNCIA)

Compete à Direcção gerir a AEFB e representá-la, incumbindo-lhe, designadamente:

- a) Elaborar, anualmente, o relatório e contas de gerência, bem como o orçamento e o programa de acção para o ano seguinte, submetendo-os ao parecer do Conselho Fiscal;
- b) Enviar ao Bispo Diocesano: plano de actividades, orçamento, relatório e contas anuais;
- c) Admitir membros, de harmonia com os Estatutos;
- d) Garantir a efectivação dos direitos e deveres dos membros;
- e) Administrar os bens da AEFB, salvaguardada a competência dos outros Órgãos de gestão;
- f) Assegurar a organização e o funcionamento dos serviços, podendo mesmo fazer regulamentos internos atinentes;
- g) Organizar o quadro do pessoal, contratando-o e gerindo-o;
- h) Zelar pelo cumprimento da lei, dos Estatutos e das deliberações dos Órgãos da AEFB;
- i) Assegurar a escrituração dos livros, nos termos da lei e dos Estatutos;
- j) Aplicar com segurança e rendosamente os capitais;
- k) Representar a AEFB em juízo e fora dele;
- l) Deliberar sobre a aceitação de heranças, legados e doações, em conformidade com a lei aplicável e com licença do Bispo Diocesano, e, tratando-se de causas pias, a teor do cânone 325 § 2 do Código de Direito Canónico;

- m) Manter sob a sua guarda e responsabilidade os bens e valores da AEFB;
- n) Elaborar e manter actualizado o inventário do património da AEFB;
- o) Providenciar sobre fontes de receita da AEFB;
- p) Celebrar acordos de cooperação.

Art.º 25.º (COMPETÊNCIA DO PRESIDENTE)

1. Compete ao Presidente:

- a) Convocar e presidir às reuniões da Direcção, dirigindo os respectivos trabalhos;
- b) Rubricar os livros de escrituração da AEFB e lavrar os respectivos termos de abertura e encerramento;
- c) Assinar com o Tesoureiro ou, na impossibilidade deste, com o Secretário as ordens de pagamento e as guias de cobrança das receitas;
- d) Promover com o Secretário e o Tesoureiro a elaboração do orçamento e contas da gerência;
- e) Mandar avisar os membros para participarem nos actos obrigatórios;
- f) Superintender no arquivo;
- g) Representar a AEFB em juízo e fora dele.

2. Nas suas ausências ou impedimentos, o Presidente será substituído pelo Secretário.

Art.º 26.º (COMPETÊNCIA DO SECRETÁRIO)

Compete ao Secretário:

- a) Lavrar as actas das reuniões da Direcção;
- b) Preparar, ouvido o Presidente, a agenda de trabalhos para as reuniões da Direcção, organizando os processos dos assuntos a serem tratados;
- c) Ter à sua guarda os livros de escrituração e velar pela devida organização dos mesmos;
- d) Fazer toda a escrituração própria do seu cargo;
- e) Substituir o Presidente nas suas ausências ou impedimentos.

Art.º 27.º (COMPETÊNCIA DO TESOUREIRO)

Compete ao Tesoureiro:

- a) Receber e guardar os valores da AEFB;
- b) Assinar as autorizações de pagamento e as guias de receita conjuntamente com o Presidente;
- c) Promover a escrituração de todos os livros de receitas e despesas;
- d) Apresentar, mensalmente, à Direcção os balancetes das receitas e despesas do mês anterior;
- e) Superintender nos serviços de contabilidade e tesouraria;
- f) Providenciar pelas cobranças das quotas dos membros, bem como pelo pagamento de vencimentos e obrigações fiscais.

Art.º 28.º (COMPETÊNCIA DOS VOGAIS)

1. Compete ao 1.º Vogal:

- a) Providenciar pela elaboração e actualização do inventário do património da AEFB;
- b) Substituir o Secretário nas suas ausências ou impedimentos.

2. Ao 2.º Vogal compete proceder à inscrição dos membros admitidos e fornecer-lhes o cartão de membro.

Art.º 29.º (REUNIÕES)

1. A Direcção reunirá ordinariamente uma vez por mês e extraordinariamente as vezes que julgar conveniente, conforme os assuntos o exigirem.
2. A vontade colegial da Direcção obtém-se segundo a regra dos actos colegiais, isto é, por maioria absoluta.
3. A falta a três reuniões sucessivas ou seis interpoladas, sem justificação, de qualquer membro da Direcção determinará a cessação das respectivas funções, devendo recorrer-se ao avanço de Suplentes para desempenho das mesmas até ao final do mandato.

Art.º 30.º (ASSINATURAS PARA DIVERSOS ACTOS)

1. Para obrigar a AEFB são necessárias e bastantes as assinaturas conjuntas do Presidente e de qualquer outro membro da Direcção.
2. Nas operações financeiras são obrigatórias as assinaturas conjuntas do Presidente e do Tesoureiro ou Secretário, conforme Art.º 25.º c).
3. Nos actos de mero expediente bastará a assinatura de qualquer membro da Direcção.

DO CONSELHO FISCAL

Art.º 31.º (COMPOSIÇÃO)

1. O Conselho Fiscal é constituído por três membros efectivos: um Presidente e dois Vogais, e dois membros Suplentes.
2. Os seus membros devem ser escolhidos entre os mais peritos em assuntos económicos.
3. Deste Órgão excluem-se pessoas consanguíneas ou afins, até ao quarto grau, dos membros da Direcção.

Art.º 32.º (COMPETÊNCIA)

Ao Conselho Fiscal compete:

- a) Uma função fiscalizadora sobre o património da AEFB;
- b) Velar pelo cumprimento da lei e dos Estatutos, nomeadamente no que diz respeito à aquisição, administração e alienação de bens temporais;
- c) Fiscalizar a escrituração e documentos da AEFB sempre que o julgue conveniente;
- d) Assistir, ou fazer-se representar por um dos seus membros, às reuniões da Direcção, sempre que julgue conveniente, e aí dar os pareceres que lhe forem pedidos ou houver por bem;
- e) Emitir parecer escrito sobre o relatório e contas de gerência bem como sobre o orçamento apresentados pela Direcção;
- f) Dar parecer sobre todos os assuntos que a Direcção ou a Mesa da Assembleia-geral submeter à sua apreciação.

Art.º 33.º (REUNIÕES)

1. O Conselho Fiscal reunirá, obrigatoriamente, pelo menos uma vez em cada trimestre.
2. A falta a três reuniões sucessivas ou quatro interpoladas, sem justificação, de qualquer membro do Conselho Fiscal determinará a cessação das respectivas funções, devendo recorrer-se ao avanço de Suplentes para desempenho das mesmas até ao final do mandato.

CAPÍTULO IV - DO ASSISTENTE ECLESIAÍSTICO

Art.º 34.º (DO ASSISTENTE ECLESIAÍSTICO)

1. O Assistente eclesiástico exerce a sua função de guia espiritual e formação religiosa.
2. Participa, por direito, nas reuniões da Direcção e nas Assembleias-gerais, onde deverá iluminar as questões em debate com o Evangelho e a Doutrina Social da Igreja, e tem direito de voto nas questões da sua área de competência.
3. Deve manter uma corrente de articulação com o Bispo Diocesano, as estruturas competentes da respectiva Diocese e ser promotor do espírito de comunhão eclesial.

CAPÍTULO V - DOS BENS TEMPORAIS

Art.º 35.º (FUNDO PATRIMONIAL ESTÁVEL)

1. Pertencem ao Fundo patrimonial estável:
 - a) Os bens imóveis;
 - b) Os bens móveis preciosos em razão da arte ou da história;
 - c) Os dinheiros capitalizados;
 - d) As heranças, doações e legados, nomeadamente ex-votos, que, segundo a vontade dos benfeitores, se não destinem a ser gastos em fins determinados;
 - e) Outras receitas extraordinárias, que não tenham destino legítimo diferente;
 - f) Os saldos disponíveis das despesas anuais.
2. Os fundos pecuniários serão depositados quanto possível a prazo, em conta bancária que ofereça garantia de rendimentos e segurança.

Art.º 36.º (RECEITA)

Constituem receitas da AEFB:

- a) O rendimento dos serviços e a comparticipação dos seus membros;
- b) Os possíveis auxílios financeiros da Comunidade;
- c) O produto de heranças, legados e doações instituídas a seu favor;
- d) Subsídios do Estado e de outras entidades oficiais ou particulares.

Art.º 37.º (ADMINISTRAÇÃO DOS BENS TEMPORAIS)

1. A AEFB administra livremente, para os seus fins e com diligência de um bom pai de família, os bens que possui, salvo o direito de vigilância do Bispo Diocesano.
2. Na administração e aplicação dos bens doados ou deixados para causas pias, a AEFB está sujeita à autoridade do Bispo Diocesano.
3. Só com prévia autorização escrita da Autoridade eclesiástica competente, a Direcção pode alienar validamente coisas preciosas, sejam materiais, artísticas ou históricas.

Art.º 38.º (PRESTAÇÃO DE CONTAS)

Prestar-se-ão contas, anualmente, até ao dia 30 de Abril do ano seguinte àquele a que se referem.

CAPÍTULO VI - DISPOSIÇÕES DIVERSAS

Art.º 39.º (DESTINO DOS BENS E ENCARGOS NO CASO DE EXTINÇÃO)

Em caso de extinção da AEFB, os seus bens e encargos serão atribuídos a Instituições Particulares de Solidariedade Social de erecção canónica, preferindo as que prossigam fins similares aos desta, de harmonia com a legislação aplicável.

Art.º 40.º (APROVAÇÃO E ALTERAÇÃO DOS ESTATUTOS)

Os Estatutos devem ser sujeitos à prévia aprovação do Prelado diocesano e não podem, depois de devidamente aprovados, ser alterados sem nova aprovação da mesma Autoridade eclesiástica.

Art.º 41.º (LACUNAS DOS ESTATUTOS)

Os casos omissos serão resolvidos pela Assembleia-geral e de harmonia com as disposições legais em vigor, aplicáveis segundo o Art.º 4.º ponto 1.

N. B. Por proposta da Direcção, a versão original destes Estatutos, de **23 de Junho de 2009**, foi sujeita a alterações, tendo sido aprovadas pela Assembleia-geral, em sua reunião de 16 de Março de 2011).

Bragança, 17 de Março de 2011

- O Presidente da Assembleia-geral

- O Secretário da Assembleia-geral

- O Secretário da Assembleia-geral

Homologo

Bragança, 22 de Março de 2011

+ António Montez Moreira

Paróquia de Bragança-Miranda